Assessoria de Segurança Institucional - ASI

Coordenação de Projetos e Gestão de Contratos de Obras – COB

Secretaria de Administração Predial – SEAP

PORTFÓLIO

Resultados dos trabalhos do Grupo Interinstitucional

TJDFT + CBMDF

TRIBUNAL DE JUSTIÇA
DO DISTRITO FEDERAL
E DOS TERRITÓRIOS

TJDFT

EXPEDIENTE

Conteúdo e Redação
Secretaria Geral do TJDFT – SEG
Coordenação de Projetos e Gestão de Contratos de Obras – COB
Secretaria de Administração Predial – SEAP
Assessoria de Segurança Institucional – ASI

Relacionamento Interinstitucional
Assessoria de Relações Institucionais – ARI

Projeto Gráfico
Assessoria de Comunicação Social – ACS

Diagramação e Impressão
Coordenadoria de Digitalização e Serviços Gráficos – CODIG
Núcleo de Design Gráfico, Editoração e Controle de Qualidade – NUDEC

COMPOSIÇÃO ADMINISTRATIVA DO CBMDF

Coronel Bombeiro Militar Carlos Emilson Ferreira dos Santos
Comandante-Geral do CBMDF

Coronel Bombeiro Militar Reginaldo Ferreira de Lima
Subcomandante do CBMDF

Coronel Bombeiro Militar Vilson Vargas
Chefe do Estado-Maior-Geral do CBMDF

COMPOSIÇÃO ADMINISTRATIVA DO TJDFT

Desembargador Romão C. Oliveira
Presidente

Desembargadora Sandra De Santis
1ª Vice-Presidente

Desembargadora Ana Maria Duarte Amarante
2ª Vice-Presidente

Desembargador Humberto Adjuto Ulhôa
Corregedor

GRUPO DE TRABALHO INTERINSTITUCIONAL TJDFT E CBMDF

Corpo de Bombeiro Militar do DF

Coronel Bombeiro Militar Vicente Tomaz de Aquino Junior
Diretor do Departamento de Segurança Contra Incêndio

Presidência do TJDFT

Arthur Cezar da Silva Junior

Secretaria Geral do TJDFT

Rafael Arcanjo Reis

Carmen Cecília da Fonseca Lemes Ferreira

Coordenação de Projetos e Gestão de Contratos de Obras – COB

Alessandro de Castro Dias

Wellington Sampaio dos Santos

Secretaria de Administração Predial – SEAP

Cecília Borges Prudente

Marcelo Diogo Correia Farias

Ari Ferreira de Andrade Filho

Assessoria de Segurança Institucional – ASI

Fernando Dutra de Santana

Renato do Nascimento Ayres

CANÇÃO DO SOLDADO DO FOGO

“Contra as chamas e lutas ingentes
Sob o nobre alvirrubro pendão
Dos soldados do fogo valentes
É a paz, a sagrada missão
E se um dia houver sangue e batalha
Desfraldando a auriverde bandeira
Nossos peitos são férreas muralhas
Contra audaz agressão estrangeira

Rija luta aos heróis aviventa
Inflamando em seu peito o valor
Para frente que importa a tormenta
Dura marcha, ou de sóis ou rigor?
Nem um passo daremos atrás
Repelindo inimigos canhões
Voluntários da morte na paz
São na guerra indomáveis leões

Missão dupla o dever nos aponta:
Vida alheia e riquezas salvar
E, na guerra punindo uma afronta,
Com valor pela pátria lutar”

Letra » TEN. Sergio Luiz de Matos
Música » TEN. A . Pinto Junior

MISSÃO, VISÃO E VALORES DO CBMDF 8

MISSÃO, VISÃO E VALORES DO TJDFT 9

APRESENTAÇÃO 10

METODOLOGIA DE TRABALHO 11

PLANO DE AÇÃO E PRODUTOS 14

» PLANO DE AÇÃO 14

AÇÃO » ELABORAR PLANO DE TRABALHO PARA SANAR AS IRREGULARIDADES IDENTIFICADAS PELO CBMDF NOS PRÉDIOS NOTIFICADOS E MULTADOS 18

AÇÃO » FIRMAR CONVÊNIO COM O CBMDF PARA FORMAÇÃO DE BRIGADISTAS VOLUNTÁRIOS 32

AÇÃO » DIGITALIZAR PROCESSOS FÍSICOS REFERENTES ÀS REGULARIZAÇÕES DE PRÉDIOS EXISTENTES . .39

AÇÃO » MAPEAR FLUXOS DE TRABALHO. 40

AÇÃO » REALIZAR REUNIÕES DE ALINHAMENTO E SENSIBILIZAÇÃO NOS PSPS E NSOS 42

AÇÃO » ELABORAR CRONOGRAMA ESTIMATIVO PARA CONTRATAÇÃO E EXECUÇÃO DAS OBRAS DE REGULARIZAÇÃO PARA ATENDER OS PROJETOS APROVADOS PELO CBMDF 44

AÇÃO » DESENVOLVER CAMPANHA DE COMUNICAÇÃO 49

AÇÃO » ELABORAR ESTUDO PARA CONTRATAÇÃO DE ENGENHEIRO DE SEGURANÇA 51

CONSIDERAÇÕES FINAIS 56

Missão, Visão e Valores do CBMDF

MISSÃO

Proteção de vidas, patrimônio e meio ambiente.

VISÃO

Até 2024, o Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal com foco no cidadão e com responsabilidade socioambiental, realizará ações de prevenção e investigação de incêndio e atenderá as ocorrências emergenciais nos padrões internacionalmente consagrados.

VALORES

Bravura, Dignidade, Disciplina, Ética, Hierarquia, Respeito à vida, Patriotismo, Tradição

Missão, Visão e Valores do TJDFT

MISSÃO

Proporcionar à sociedade do Distrito Federal e dos Territórios o acesso à justiça e a resolução dos conflitos, por meio de um atendimento de qualidade, promovendo a paz social.

VISÃO

Até 2020, apresentar resultados que reflitam o aumento da produção, da eficiência e da qualidade em nossa atuação.

VALORES

Imparcialidade, Ética, Celeridade, Credibilidade e Transparência.

Apresentação

O presente portfólio tem o objetivo de colecionar os principais resultados do Grupo Interinstitucional entre o Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios e o Corpo de Bombeiros Militar do DF, instituído por meio da Portaria Conjunta entre Órgãos n. 1, publicada no DJe de 7 de novembro de 2018, e alterada pela Portaria Conjunta entre Órgãos n. 1, publicada no DODF de 24 de abril de 2019.

O objetivo do Grupo era analisar as necessidades de adequação das edificações do TJDFT para proteção contra incêndio e pânico e providenciar as soluções voltadas a minimizar o risco da ocorrência de incêndios e outros incidentes.

O Tribunal possui uma característica que o diferencia da administração de outros prédios públicos: a pulverização das edificações (Fóruns e outras edificações, como depósitos e garagem) em 35 localidades distintas, tornando o processo extremamente complexo sob a ótica da gestão de logística.

Organização e planejamento devem ser as principais ferramentas para a consecução dos trabalhos relativos aos sistemas de prevenção e combate a incêndio e pânico.

Nesse sentido, a partir desse marco, foram criadas oportunidades de alavancar a implementação de ações de melhoria na segurança e nas atividades de engenharia relacionadas aos sistemas de contra incêndio do TJDFT.

Metodologia de trabalho

O Grupo de Trabalho atuou tendo por base os seguintes métodos:

- **Elaboração de Plano de Ação** – foram elencadas as tarefas principais em 9 ações, subdivididas em atividades que perfizeram um total de 35 itens a serem executados, com a atribuição de valor aproximado de 2,85 % para cada um com status de "concluído" e metade do valor para os itens com status de "em andamento".

- **Utilização do Status Report, do PMO** – Project Management Office – metodologia de acompanhamento da execução do Plano de Ação, com adaptações. O status de cada atividade seguiu a escala: “conforme planejado“, “riscos gerenciáveis“ e “situação crítica“.

- **Confecção de relatórios de desempenho** – a cada intervalo médio de 45 dias foi elaborado relatório de acompanhamento da execução do Plano de Ação, por meio do qual a avaliação do desempenho, com valor agregado, levou em conta as variáveis “Previsão de execução“ e “Percentual executado“, e foi graficamente representada em cada relatório.

- **Realização de extensa análise documental** das normas de combate e prevenção a incêndio e pânico tanto do Corpo de Bombeiros quanto legislações distritais e federais.

- **Levantamento de pendências nas edificações do TJDFT** - foram utilizados os documentos de vistoria do CBMDF para regularização das edificações, e histórico de autos de infrações e multas aplicadas pelo CBMDF aos Fóruns do TJDFT.

Ações que dependem de contratação

Em paralelo, o corpo técnico atuou in loco para providenciar a regularização dos itens apontados. Houve constatações de que seriam necessários serviços que demandariam contratação. As contratações estão previstas para 2019 e em etapas distintas, em conformidade com os Documentos de Oficialização de Demandas encaminhados à Secretaria de Recursos Materiais – SEMA, para compor o planejamento de contratações de 2019, a saber:

- **Adequação dos sistemas de sinalização e iluminação de emergência** em 24 prédios de 14 localidades distintas (Fóruns do Gama, Samambaia, Santa Maria, Paranoá, Sede, Mirabete, Núcleo Bandeirante, Brazlândia, Ceilândia, Leal Fagundes, São Sebastião, Garagem/Oficina Mecânica, galpões do SAAN e Gráfica);
- **Adequações de estruturas e arquitetura** em 24 prédios de 14 localidades distintas (Fóruns do Gama, Samambaia, Santa Maria, Paranoá, Núcleo Bandeirante, Brazlândia, Ceilândia, Sede, Mirabete, Leal Fagundes, São Sebastião, Garagem/Oficina Mecânica, galpões do SAAN e Gráfica);
- **Adequação dos sistemas de SPDA** (proteção contra descargas atmosféricas) em 24 prédios de 14 localidades distintas (Fóruns do Gama, Samambaia, Santa Maria, Paranoá, Sede, Mirabete, Núcleo Bandeirante, Brazlândia, Ceilândia, Leal Fagundes, São Sebastião, Garagem/Oficina Mecânica, galpões do SAAN e Gráfica);
- **Adequação dos sistemas de hidrantes** em 19 prédios de 12 localidades distintas (Fóruns do Gama, Samambaia, Santa Maria, Paranoá, Núcleo Bandeirante, Brazlândia, Ceilândia, Leal Fagundes, São Sebastião, Garagem/Oficina Mecânica, galpões do SAAN e Gráfica);
- **Adequação dos sistemas de detecção e alarme e sprinklers** em 24 prédios de 14 localidades distintas (Fóruns do Gama, Samambaia, Santa Maria, Paranoá, Sede, Mirabete, Núcleo Bandeirante, Brazlândia, Ceilândia, Leal Fagundes, São Sebastião, Garagem/Oficina Mecânica, galpões do SAAN e Gráfica).

As obras foram inicialmente estimadas em R$ 7.000.000,00 (sete milhões de reais), todavia os valores finais dependem de preços de tabelas oficiais, pesquisas de mercado, e tecnologias a serem utilizadas para viabilizar a execução dos serviços com as edificações em pleno funcionamento. Este, ao que tudo indica, será o maior entrave para a execução das obras. Portanto os cronogramas de execução a serem desenvolvidos, que precisam prever a viabilidade da execução sem comprometimento do funcionamento dos prédios e da prestação jurisdicional, poderão encarecer o valor preliminar estimado.

Plano de Ação e produtos

PLANO DE AÇÃO

O Plano de Ação foi uma importante ferramenta utilizada pelo Grupo para dar consecução às atividades de regularização dos sistemas de contra incêndio. O desafio de tentar atingir 100% de sua execução deu dinamicidade e efetividade ao trabalho.

Plano de Ação | Grupo Interinstitucional TJDFT e CBMDF

ITEM	AÇÃO	ATIVIDADES	SITUAÇÃO	PRODUTO
1	Elaborar Plano de Trabalho para sanar as irregularidades identificadas pelo CBMDF nos prédios notificados e multados	1.1. Realizar levantamento das irregularidades apontadas nos processo do CBMDF nas sete edificações multadas	Concluído	Mapa com os itens para regularização
		1.2. Verificar as atividades que podem ser atendidas com contratos existentes	Concluído	
		1.3. Validar com as áreas (COB, SEAP e ASI)	Concluído	
		1.4. Homologar em reunião do grupo interinstitucional	Concluído	
2	Firmar convênio com o CBMDF para formação de brigadistas voluntários	2.1. Consultar o CBMDF	Concluído	Proposta de treinamento e formação de brigadistas
		2.2. Firmar termo de convênio	Em andamento	
3	Digitalizar processos físicos referentes às regularizações de prédios existentes	3.1. Elaborar cronograma de digitalização	Concluído	Processos no SEI
		3.2. Encaminhar demanda para a CODIG	Concluído	
		3.3. Viabilizar a remessa dos processos à CODIG, paulatinamente	Concluído	

ITEM	AÇÃO	ATIVIDADES	SITUAÇÃO	PRODUTO
4	Mapear fluxos de trabalho	4.1. Levantar as macro atividades das unidades (COB, SEAP e ASI) relacionadas ao contra incêndio	Concluído	Um macro processo mapeado
		4.2. Definir metodologia de mapeamento	Concluído	
		4.3. Acionar a SEPG para consultoria	Concluído	
		4.4. Realizar oficinas de mapeamento	Concluído	
		4.5. Desenhar os processos no bizagi	Concluído	
		4.6. Validar com as áreas (COB, SEAP e ASI)	Em andamento	
		4.7. Incluir melhorias no processo	Não iniciado	
5	Elaborar Portfolio	5.1. Fazer pesquisa e análise documental	Concluído	Portfólio
		5.2. Levantar os normativos vigentes	Concluído	
		5.3. Elaborar portaria para regulamentar a matéria	Concluído	
		5.4. Compilar todos os resultados em um único documento	Concluído	
6	Realizar reuniões de alinhamento e sensibilização nos PSPs e NSOs	6.1. Levantar os dados dos responsáveis pelos PSPs	Concluído	Documento de transparência e padronização de procedimentos
		6.2. Levantar os dados dos responsáveis pelos NSOs	Concluído	
		6.3. Realizar reunião com PSPs	Concluído	
		6.4. Realizar reunião com NSOs	Concluído	
		6.5. Elaborar folder com orientações para entregar aos responsáveis dos PSPs e dos NSOs	Concluído	
7	Elaborar cronograma estimativo para contratação e execução das obras de regularização para atender os projetos aprovados pelo CBMDF	7.1. Fazer levantamento com as unidades envolvidas	Concluído	Cronograma
		7.2. Montar o Cronograma Project	Concluído	
8	Desenvolver campanha de comunicação	8.1. Realizar brainstorming sobre o tema	Concluído	Peças de publicidade
		8.2. Reunir com a ACS	Concluído	
		8.3. Criar identidade visual em conjunto com a ACS	Concluído	
		8.4. Elaborar as regras conforme o que combinarmos	Concluído	
		8.5. Publicar as regras	Em andamento	
9	Elaborar estudo para contratação de engenheiro de segurança	9.1. Convidar palestrante da Câmara	Concluído	Proposta de contratação de profissionais da área de Engenharia de Segurança com ETP
		9.2. Realizar pesquisa em outros órgãos	Concluído	
		9.3. Elaborar modelo de "contratação" para o TJDFT	Concluído	
				Porcentagem de execução: 92,62%

AÇÃO » ELABORAR PLANO DE TRABALHO PARA SANAR AS IRREGULARIDADES IDENTIFICADAS PELO CBMDF NOS PRÉDIOS NOTIFICADOS E MULTADOS

O Plano de Trabalho é o primeiro item do Plano de Ação do Grupo Interinstitucional do TJDFT com o CBMDF. Para elaborá-lo, foram analisados todos os processos administrativos que possuem notificações do CBMDF, por meio das quais, aquele órgão elencou um total de 168 itens de irregularidades encontradas em vistorias realizadas em diversos Fóruns ao longo de anos.

ITEM	FÓRUM	IRREGULARIDADE	STATUS
		CATEGORIA › BRIGADA DE INCÊNDIO	
1	Samambaia	Dispor de brigada de incêndio própria ou contratar prestadora de serviço de brigada de incêndio para a edificação	concluído
2	Gama	Dispor de brigada de incêndio própria ou contratar prestadora de serviço de brigada de incêndio para a edificação	em andamento
3	Sede	Dispor de brigada de incêndio própria ou contratar prestadora de serviço de brigada de incêndio para a edificação	concluído
4	Riacho Fundo	Dispor de brigada de incêndio própria ou contratar prestadora de serviço de brigada de incêndio para a edificação	em andamento
5		A brigada deve ser dimencionada, levando-se em conta a população fixa e o risco de incêndio	em andamento
		CATEGORIA › CENTRAL DE GLP	
6	Samambaia	Instalar extintores e sinalização para a central de GLP	não inciciado
7	Sede	A sinalização da central de GLP deve estar visível de qualquer direção	não inciciado
8	Riacho Fundo	Instalar central de GLP, conforme projeto aprovado na Diretoria de Estudos e Análise de Projetos do CBMDF	não inciciado
		CATEGORIA › DETECÇÃO DE ALARME	
9	Leal Fagundes blocos 1 a 4	Instalar sistema de detecção automática e alarme manual de incêndio (quantidade e localização dos detectores de fumaça)	em andamento
10	Sede	A central de alarme deve ser instalada	em andamento
11	Riacho Fundo	Instalar sistema de detecção automática e alarme manual de incêndio	concluído
		CATEGORIA › DOCUMENTAÇÃO	
12	Leal Fagundes todos os blocos	Apresentar a ART de execução das medidas de segurança contra incêndio e pânico instaladas, visada junto ao CREA	em andamento
13	Leal Fagundes todos os blocos	Apresentar o Laudo do Teste de Aterramento do Sistema de Proteção contra Descargas Atmosféricas	concluído
14		Apresentar o Laudo de Continuidade Elétrica das armaduras	concluído
15	Leal Fagundes bloco 5	Apresentar projeto de instalação contra incêndio e pânico	concluído
16	Samambaia	Apresentar projeto de instalação contra incêndio e pânico	concluído
17		Apresentar a ART de execução das medidas de segurança contra incêndio e pânico instaladas, visada junto ao CREA	em andamento
18	Samambaia	Apresentar a ART de execução da central de GLP instalada, visada junto ao CREA	em andamento
19		Apresentar o Laudo do Ensaio de Estanqueidade da rede de alimentação e de distribuição de GLP	não inciciado
20		Apresentar o Laudo do Teste de Aterramento do Sistema de Proteção contra descargas Atmosféricas	em andamento
21	Gama	Descumprimento do Termo de Notificação	concluído
22		Apresentar a ART de execução dos sistemas de proteção contra incêndio instalados, visada junto ao CREA	em andamento
23		Apresentar a ART de execução da central de GLP instalada, visada junto ao CREA	em andamento
24		Apresentar o Laudo do Ensaio de Estanqueidade da rede de alimentação e de distribuição de GLP, visada junto ao CREA	em andamento
25		Apresentar o Laudo do Teste de Aterramento do Sistema de Proteção contra descargas Atmosféricas	concluído
26		Apresentar o Laudo de Continuidade Elétrica das armaduras	concluído
27	Brazlândia	Descumprimento do Termo de Notificação	não inciciado
28		Apresentar projeto de instalação do sistema de proteção contra incêndio e pânico, devidamente aprovado pelo CBMDF	concluído
29		Submeter ao CBMDF projeto de modificação do sistema de proteção contra incêndio e pânico. Os sistemas foram alterados sem alteração no projeto.	concluído

ITEM	FÓRUM	IRREGULARIDADE	STATUS
30	Taguatinga	Submeter ao CBMDF projeto de modificação do sistema de proteção contra incêndio e pânico. Os sistemas foram alterados sem alteração no projeto.	concluído
31	Sede - bl.B/C	Apresentar projeto de incêndio aprovado junto a Diretoria de Estudos e Análises de Projetos do Departamento de Segurança Contra Incêndio do CBMDF, para verificação dos sistemas de proteção contra incêndio e pânico	concluído
32	Sede - bl.B/C	Apresentar o laudo do teste de Aterramento do Sistema de Proteção contra Descargas Atmosféricas, com especificação do equipamento utilizado, método, resistência encontrada e assinador por responsável técnico, emitido por firma cerdenciada ou visado no CREA	em andamento
33		Apresentar a ART de execução da central de GLP instalada, visada junto ao CREA	em andamento
34		Apresentar laudo do ensaio de estanqueidade da rede de alimentação e de distribuição, visado junto ao CREA	em andamento
35		Apresentar projeto de incêndio aprovado junto a Diretoria de Estudos e Análises de Projetos do Departamento de Segurança Contra Incêndio do CBMDF	concluído
36	Riacho Fundo	Apresentar o Laudo do Teste de Aterramento do SPDA, com especificação do equipamento utilizado, método, resistência encontrada e assinado por resposável técnico	concluído
37		Apresentar Laudo de continuidade elétrica das armaduras	concluído
38		Apresentar o Laudo do Ensaio de estanqueidade da rede de alimentação e da distribuição e a ART de execução do referido laudo visado junto ao CREA	em andamento
39	Taguatinga	Apresentar a ART de execução dos sistemas de proteção contra incêndio instalados, visada junto ao CREA	concluído
40		Apresentar projeto de incêndio aprovado junto a SEP-Seção de Estudos de Projetos da DST-Diretoria de Serviços	concluído
41		Apresentar o Laudo do Teste de Aterramento do Sistema de Proteção contra descargas Atmosféricas	concluído
42		Apresentar a ART de execução do SPDA instalado, visado junto ao CREA	concluído
43		Apresentar o Laudo de Continuidade Elétrica das armaduras	concluído
44	Águas Claras	Apresentar projeto de incêndio aprovado em conformidade com o local para que seja emitido o referido laudo	concluído
45	Santa Maria	Apresentar projeto de instalação contra incêndio e pânico	concluído

ITEM	FÓRUM	IRREGULARIDADE	STATUS
		CATEGORIA › ILUMINAÇÃO DE EMERGÊNCIA	
46	Leal Fagundes blocos 1 a 4	Instalar sistema de iluminação de emergência	em andamento
47	Leal Fagundes bloco 5	Instalar sistema de iluminação de emergência	em andamento
48	Samambaia	Instalar sistema de iluminação de emergência	em andamento
49		Instalar iluminação de emergência nas rotas de fuga e locais que estimulem concentração de público	em andamento
50		Instalar as luminárias de emergência, de forma que a distância entre elas seja no máximo de 04 vezes a altura de instalação	em andamento
51	Gama	Instalar sistema de iluminação de emergência	em andamento
52		Assegurar que o sistema esteja em perfeito estado de funcionamento	em andamento
53	Sede	Instalar sistema de iluminação de emergência	em andamento
54	Taguatinga	Instalar sistema de iluminação de emergência	concluído
		CATEGORIA › PROTEÇÃO POR CHUVEIROS AUTOMÁTICOS	
55	Leal Fagundes bloco 5	Instalar sistema de chuveiros automáticos	em andamento
56		Instalar 2 fontes diferentes e independentes para as bombas acionadas por mtores elétricos	em andamento
57		Instalar 2 entradas de água de 65 mm de diâmetro com adaptadores e tampões tipo engate rápido (hidrante de recalque)	em andamento
		CATEGORIA › PROTEÇÃO POREXTINTORES	
58	Leal Fagundes bloco 2	Instalar sistema de proteção por extintores de incêndio	concluído
59	Leal Fagundes bloco 5	Instalar sistema de proteção por extintores de incêndio	concluído
60	Samambaia	Instalar sistema de proteção por extintores de incêndio	concluído
61	Gama	Instalar os extintores para incêndios classe "A" com capacidade extintora mínima 2-A e de forma que a distância máxima a percorrer até alcaná-los seja de 25m, para Classe de risco "Baixo"	concluído
62		Instalar sinalização de extintores	concluído

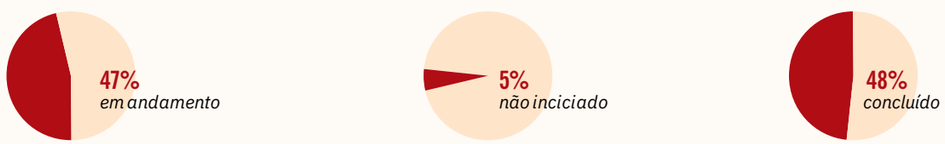
ITEM	FÓRUM	IRREGULARIDADE	STATUS
63	Brazlândia	Pintar extintor da cor padrão	concluído
64		instalar os extintores em locais livres para fácil acesso	concluído
65		adequar os extintores para que possíveis defeitos mecânicos não impliquem em sua inutilização	concluído
66	Sede	Instalar extintores de incêndio para a proteção das três classes de incêndio "A/B/C"	concluído
67		A altura máxima de instalação do extintor dever ser de 1,60m para a alça de manuseio e a altura mínima da base do extintor deverá ser de 0,20m	concluído
68		Instalar sinalização de extintores	concluído
		CATEGORIA › PROTEÇÃO POR HIDRANTES	
69	Samambaia	Instalar sistema de proteção por hidrantes de parede	concluído
70		Automatizar o conjunto de bombas de incêndio para entrar em funcionamento quando da utilização do sistema de hidrante de parede	concluído
71		Instalar sinalização de piso dos hidrantes de parede locados em garagens, indústrias ou depósitos (quadrado vermelho 70 x 70 cm com moldura amarela de 15 cm)	em andamento
72	Samambaia	Adequar a tampa da caixa do hidrante de recalque para que seja de ferro com a inscrição “INCÊNDIO” e pintada na cor vermelha	concluído
73		Situar o hidrante de recalque da fachada da edificação em local de fácil acesso e sinalizar de modo a facilitar sua visualização	em andamento
74		Apresentar o certificado de manutenção da mangueira de incêndio, com validade máxima de um ano	concluído
75	Taguatinga	O hidrante de recalque deve possuir válvula de retenção que possibilite o fluxo de água somente para o interior da edificação	concluído
76		Instalar adaptador e tampão de 2.1/2"	concluído
77		A tampa da caixa do hidrante de recalque deve ser de ferro com a inscrição "INCÊNDIO" e pintada na cor vermelha	concluído
78		O registro do hidrante de recalque deve ficar no máximo a 15 cm de profundidade e ângulo de 45º de forma que facilite o engate da mangueira da viatura do CBMDF	concluído
79		O hidrante de recalque localizado na fachada da edificação deve possuir fácil acesso e sinalização de modo a facilitar sua visualização	concluído
80		Manutenir o hidrante de recalque que se encontra danificado	concluído
81	Santa Maria	O registro do hidrante de recalque deve ficar no máximo a 15 cm de profundidade e ângulo de 45º de forma que facilite o engate da mangueira da viatura do CBMDF	concluído
		CATEGORIA › PROTEÇÃO POR HIDRANTES DE PAREDE	
82	Leal Fagundes blocos 1 a 4	Compatibilizar as mangueiras de incêndio com a destinação da edificação	concluído
83	Leal Fagundes bloco 4	Localizar o hidrante de recalque entre 1 a 10 m do meio-fio da via de acesso	em andamento
84		Manutenir o hidrante de recalque que se encontra danificado	concluído
85	Leal Fagundes blocos 1 a 4	Instalar iluminação de emergência na casa de bombas	em andamento
86	Leal Fagundes bloco 2	Retirar vazamentos das bombas de incêndio	concluído
87		Compatibilizar as mangueiras de incêndio com a destinação da edificação	concluído
88	Sede	O conjunto de bombas de incêndio de entrar em funcionamento automaticamente quando da utilização do sistema de hidrante de parede	em andamento
89		Instalar puxadores nas portas dos abrigos dos hidrantes	em andamento
90		Instalar sinalização de piso dos hidrantes de parede locados em garagens, indústrias ou depósitos (quadrado vermelho 70 x 70 cm com moldura amarela de 15 cm)	em andamento
91		Instalar hidrante de recalque	em andamento
		CATEGORIA › SAÍDA DE EMERGÊNCIA	
92	Leal Fagundes blocos 1 a 4	Adequar as escadas à prova de fumaça pressurizada (sistema desligado)	em andamento
93		Alojar o conjunto moto-ventilador para pressurização da escada em compartimento de uso exclusivo e com porta corta-fogo em seu acesso	em andamento
94		Instalar um acionador manual do tipo "liga" na sala de controle central de serviços do edifício, no compartimeto do ventilador de pressurização e na portaria ou guarita de entrada do edifício	em andamento
95		Instalar dispositivo de desligamento no painel de controle	em andamento
96		Instalar filtro de proteção na captação da tomada de ar no compartimento do conjunto moto-ventilador	em andamento

ITEM	FÓRUM	IRREGULARIDADE	STATUS
97	Samambaia	Adequar para a edificação as saídas de emergência necessárias para garantir o abandono seguro de toda a população	em andamento
98		Adequar para edificação a largura das saídas de emergência	em andamento
99		Adequar as portas na edificação	em andamento
100		Adequar as portas das rotas de saída e aquelas das salas com capacidade acima de 50 pessoas e em comunicação com os acessos e descargas para abrirem no sentido do trânsito de saída	em andamento
101		Sinalizar e deixar na cor vermelha as portas corta-fogo e as portas dimensionadas exclusivamente para saídas de emergência	em andamento
102		Prover as portas corta-fogo e as portas dimensionadas exclusivamente para saídas de emergência de dispositivos mecânicos e automáticos, de modo a permanecerem fechadas, mas destrancadas, no sentido do fluxo de saída, sendo admissível que se mantenham abertas, desde que disponham de dispositivo de fechamento, quando necessário	em andamento
103		Dotar de barras antipânico as rotas de saída dos locais de reunião com capacidade acima de 200 pessoas, as portas de comunicação com os acessos, escadas e descarga	em andamento
104		Adequar o corrimão na edificação	em andamento
105		Adequar os guarda-corpos na edificação	em andamento
106		Observar a altura mínima do guarda-corpo, considerada entre o piso acabado e a parte superior do peitoril, incluindo eventuais muretas deve ser de 1,05 m	em andamento
107		Observar que a distância entre perfis (vão luz) , dos guarda-corpos constituídos por perfis (do tipo gradil), não deve ser superior a 11 cm	em andamento
108	Gama	Instalar balaústre ou protetor do guarda-corpo, vertical	em andamento
109	Sede	Adequar para a edificação as saídas de emergência necessárias para garantir o abandono seguro de toda a população	em andamento
110		As portas das rotas de fuga e salas com mais de 50 pessoas, devem abrir no sentido de fuga	em andamento
111		As portas das antecâmaras das escadas devem possuir dispositivos que as mantenham fechadas	em andamento
112		Retirar materiais estranhos de dentro das escadas de emergência	concluído
113		Identificar casa de pressurização	em andamento
114		Retirar ponto neutro do quadro de comando da pressurização	em andamento
115		Instalar botão liga na portaria principal da pressurização	em andamento
116	Santa Maria	as portas das rotas de fuga e salas com mais de 50 pessoas, devem abrir no sentido de fuga	em andamento
117		Instalar barra antipânico nas portas de saída das salas ou locais de reunião de público com mais de 200 pessoas	em andamento
		CATEGORIA › SINALIZAÇÃO DE EMERGÊNCIA	
118	Leal Fagundes blocos 1 a 4	Instalar na face externa da porta PCF placas com dizeres "mantenha fechada escada pressurizada"	em andamento
119		Orientação nos corredores	em andamento
120		Sinalizar com as mudanças de direção ou sentido indicando a rota de fuga	em andamento
121	Leal Fagundes bloco 5	Instalar sinalização de segurança contra incêndio e pânico	em andamento
122	Samambaia	Instalar sinalização de segurança contra incêndio e pânico	concluído
123		Instalar sinalização de orientação e salvamento	concluído
124		Instalar sinalização de portas de saída de emergência localizada imediatamente acima das portas, no máximo a 10 cm da verga, ou na impossibilidade desta, diretamente na folha da porta, centralizada a uma altura de 1,80 m, medida do piso acabado à base da sinalização	concluído
125		Instalar sinalização de orientação de rotas de saída de modo que a distância de percurso de qualquer ponto da rota de saída à sinalização seja no máximo 7,50 m. Deve ser instalada, de forma que na direção de saída de qualquer ponto seja possível visualizar o ponto seguinte, distanciado entre si no máximo 15 m	concluído
126		Instalar sinalização de orientação e salvamento na forma quadrada ou retangular, cor do fundo verde, cor do símbolo branca ou amarela fotoluminescente, margem otoluminescente e proporcionalidades paramétricas	concluído
127		Instalar sinalização de idenficação de cada pavimento no interior da caixa de escada de emergência e nas antecâmaras a uma altura de 1,80 m do piso acabado. Na escada, a identificação deverá estar junto à parede, sobre o patamar de acesso de cada pavimento e na antecâmara sobre a parede adjacente à porta	concluído
128		Instalar sinalização de identificação de pavimento em local sempre visível para o sentido da rota de fuga	concluído

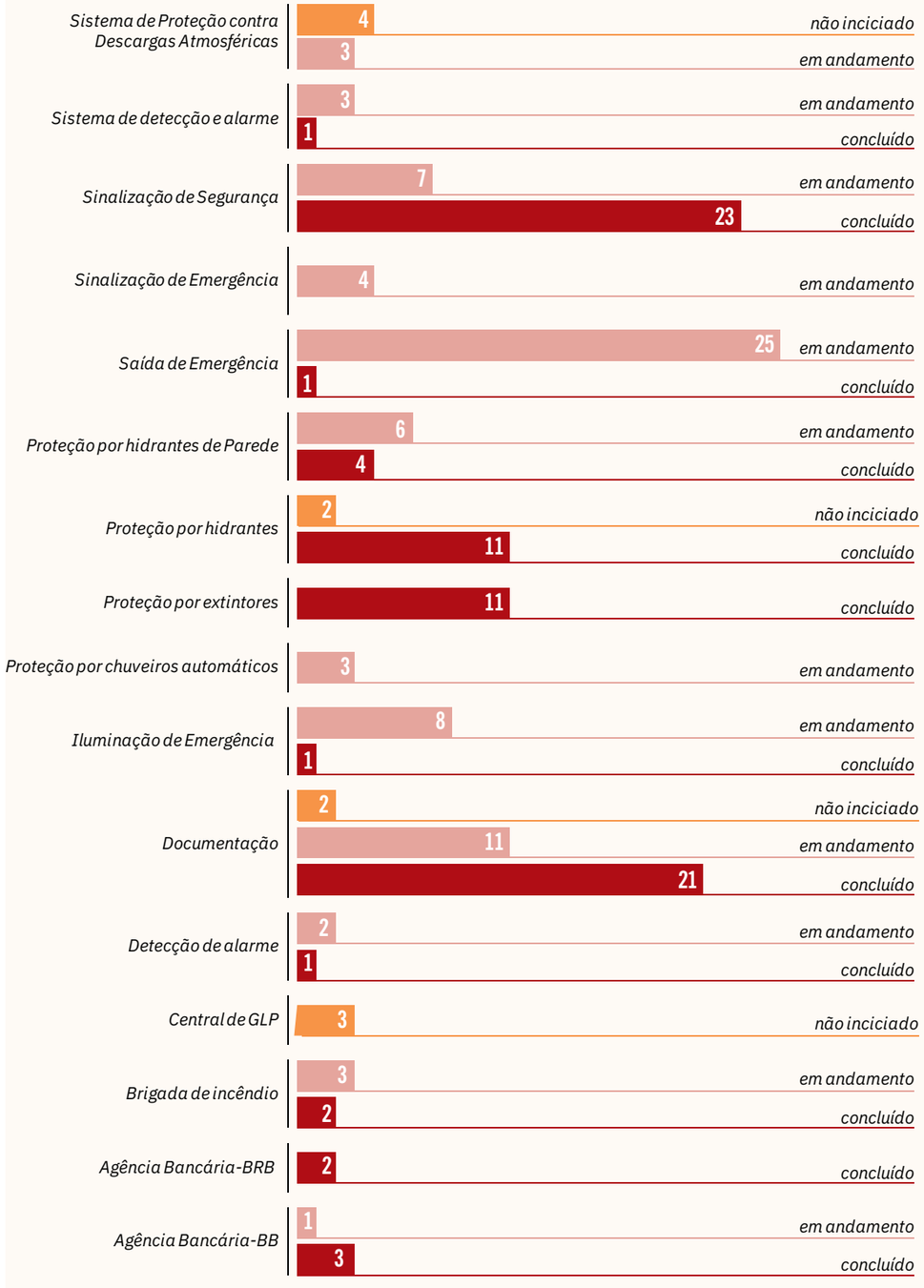
ITEM	FÓRUM	IRREGULARIDADE	STATUS
129	Samambaia	Instalar sinalização de orientação e salvamento assinalando todas as mudanças de direção ou sentido, saídas, escadas, indicando a rota de fuga	concluído
130		Incluir, nas escadas contínuas, sinalização de porta de saída com seta indicativa do sentido do fluxo	concluído
131		Instalar sinalização de combate a incêndio	concluído
		CATEGORIA › SINALIZAÇÃO DE SEGURANÇA	
132	Samambaia	Instalar sinalização complementar para a indicação continuada de rotas de saída, obstáculos e/ou riscos das rotas de saída, como pilares, arestas de paredes, vigas, desnível de piso, rebaixo de teto, saliências resultantes de elementos construtivos ou equipamentos que reduzam a largura das rotas e etc	concluído
133		Instalar sinalização complementar do tipo “plantas de rotas de saída” que visem facilitar a identificação de todas as saídas de emergências nas edificações do tipo escolar, hospitalar, transitórias e concentração de público	concluído
134		Instalar sinalização complementar em elementos translúcidos ou transparentes, utilizados em esquadrias destinadas a fechamentos de vãos (portas e painéis divisórias) que fazem parte da rota de saída, devendo possuir tarja em cor contrastante com o ambiente, com largura mínima de 50 mm, aplicada horizontalmente em toda sua extensão, na altura constante compreendida entre 1,00 e 1,40 m do piso acabado	concluído
135	Gama	Instalar sinalização de orientação e salvamento	concluído
136		Instalar sinalização de portas de saída de emergência localizada imediatamente acima das portas, no máximo a 10 cm da verga, ou na impossibilidade desta, diretamente na folha da porta, centralizada a uma altura de 1,80 m, medida do piso acabado à base da sinalização	concluído
137		Instalar sinalização de orientação de rotas de saída de modo que a distância de percurso de qualquer ponto da rota de saída à sinalização seja no máximo 7,50 m. Deve ser instalada, de forma que na direção de saída de qualquer ponto seja possível visualizar o ponto seguinte, distanciado entre si no máximo 15 m	concluído
138		Instalar sinalização de orientação e salvamento na forma quadrada ou retangular, cor do fundo verde, cor do símbolo branca ou amarela fotoluminescente, margem fotoluminescente e proporcionalidades paramétricas	concluído
139		Instalar sinalização de identificação de pavimento em local sempre visível para o sentido da rota de fuga	concluído
140	Gama	Instalar sinalização de orientação e salvamento assinalando todas as mudanças de direção ou sentido, saídas, escadas, indicando a rota de fuga	concluído
141		Instalar sinalização de proibição próximo aos acionadores dos elevadores, indicando a proibição de sua utilização em caso de incêndio	concluído
142	Sede	Instalar sistema de sinalização de segurança contra incêndio e pânico	em andamento
143		A sinalização de equipamentos de combate a incêndio deve estar a uma altura mínima de 1,80 m, medida do piso acabado à base da sinalização e imediatamente acima do equipamento sinalizado	em andamento
144		A sinalização de orientação e salavamento deve possuir forma quadrada ou retangular, de cor do fundo verde, cor do símbolo branca ou amarela fotoluminescente, margem (opcional) fotoluminescente e proporcionalidade paramétricas.	em andamento
145		A sinalização de orientação e salvamento deve apresentar efeito fotoluminescente	em andamento
146		Instalar a sinalização de combate a incêndio	em andamento
147		Instalar sinalização em todas as faces do pilar, quando este possuir equipamento de combate a incêndio	em andamento
148		Instalar sinalização de proibição próxima aos acionadores dos elevadores	em andamento
149	Riacho Fundo	A sinalização de orientação e salvamento deve apresentar efeito fotoluminescente	concluído
150		Instalar sinalização de identificação de pavimento em local sempre visível para o sentido da rota de fuga	concluído
151	Riacho Fundo	Instalar sinalização de orientação e salvamento assinalando todas as mudanças de direção ou sentido, saídas, escadas, indicando a rota de fuga	concluído
		CATEGORIA › SISTEMA DE DETECÇÃO E ALARME	
152	Samambaia	Instalar sistema de detecção automá6ca e alarme manual de incêndio	em andamento
153		Instalar central de alarme	em andamento
154		Situar a central de alarme deve estar localizada em áreas de fácil acesso, portaria principal ou entrada de edifícios	em andamento
155	Taguatinga	Instalar sistema de detecção automática e alarme manual de incêndio	concluído

ITEM	FÓRUM	IRREGULARIDADE	STATUS
		CATEGORIA › SISTEMA DE PROTEÇÃO CONTRA DESCARGAS ATMOSFÉRICAS	
156	Samambaia	Instalar SPDA - Sistema de Proteção contra Descargas Atmosféricas	não inciciado
157	Gama	Aterrar todas as massas metálicas da cobertura ao SPDA - Sistema de Proetção contra Descargas Atmosféricas	não inciciado
158	Sede	Instalar SPDA - Sistema de Proteção contra Descargas Atmosféricas	em andamento
159		Aterrar todas as massas metálicas da cobertura ao SPDA - Sistema de Proetção contra Descargas Atmosféricas	em andamento
160		Instalar as caixas de inspeção SPDA	em andamento
161	Riacho Fundo	Aterrar todas as massas metálicas da cobertura ao SPDA - Sistema de Proetção contra Descargas Atmosféricas	não inciciado
162	Taguatinga	Deve ser apresentado o Laudo de Teste de Aterramento do SPDA, com especificação do equipamento utilizado, método, reist~encia encontrada e assinado por responsável técnico	não inciciado
		CATEGORIA › AGÊNCIA BANCÁRIA - BB	
163	Samambaia	Instalar sinalização de orientação e salvamento	concluído
164		Proceder à sinalização de portas de saída de emergência localizando-a imediatamente acima das portas, no máximo a 10 cm da verga, ou na impossibilidade desta, diretamente na folha da porta, centralizada a uma altura de 1,80 m, medida do piso acabado à base da sinalização	concluído
165		Instalar sistema de iluminação de emergência	em andamento
166		Instalar sistema de proteção por extintores de incêndio	concluído
167		Instalar sinalização de orientação e salvamento	concluído
168		Proceder à sinalização de portas de saída de emergência localizando-a imediatamente acima das portas, no máximo a 10 cm da verga, ou na impossibilidade desta, diretamente na folha da porta, centralizada a uma altura de 1,80 m, medida do piso acabado à base da sinalização	concluído

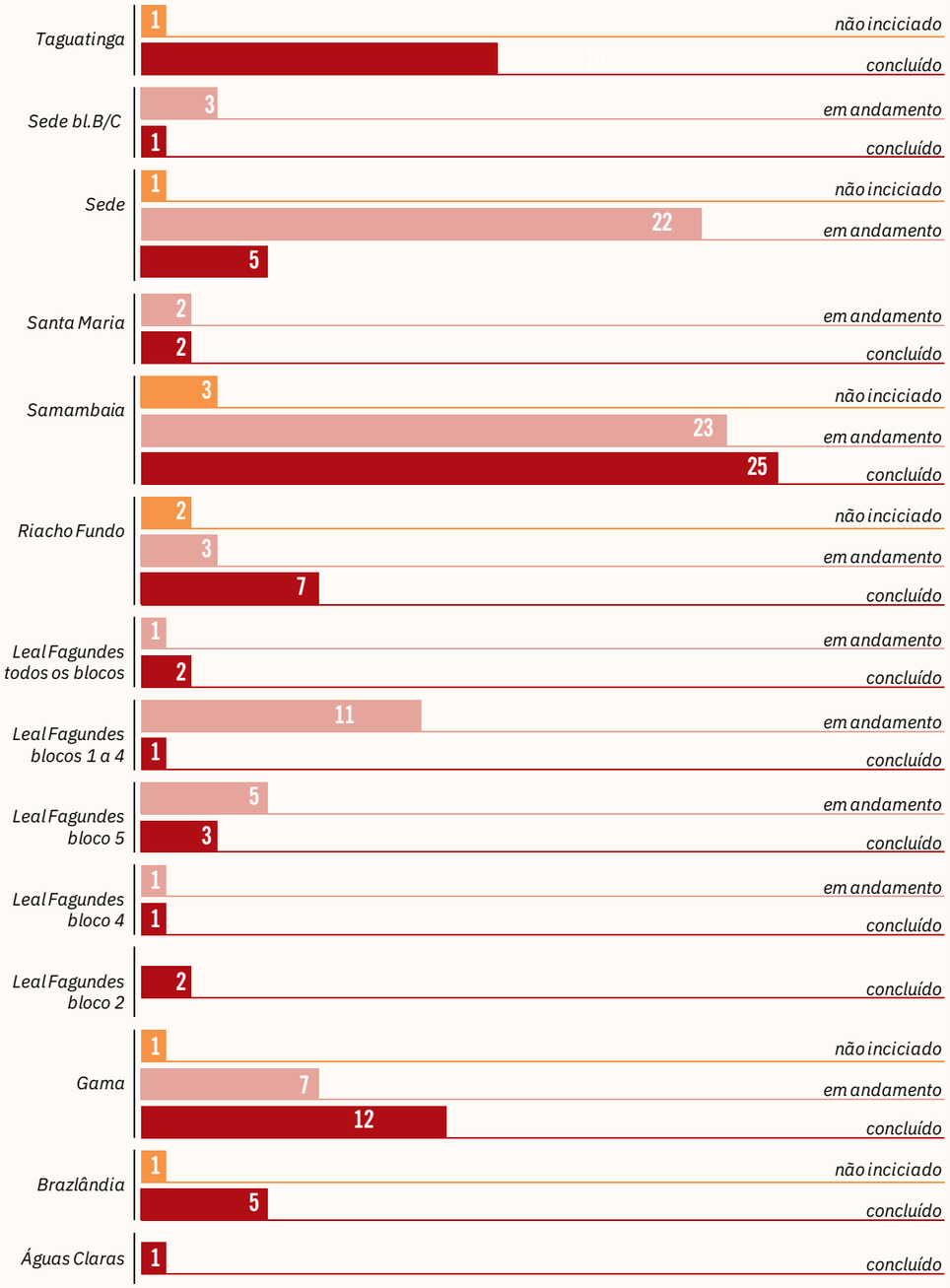
STATUS DA REGULARIZAÇÃO



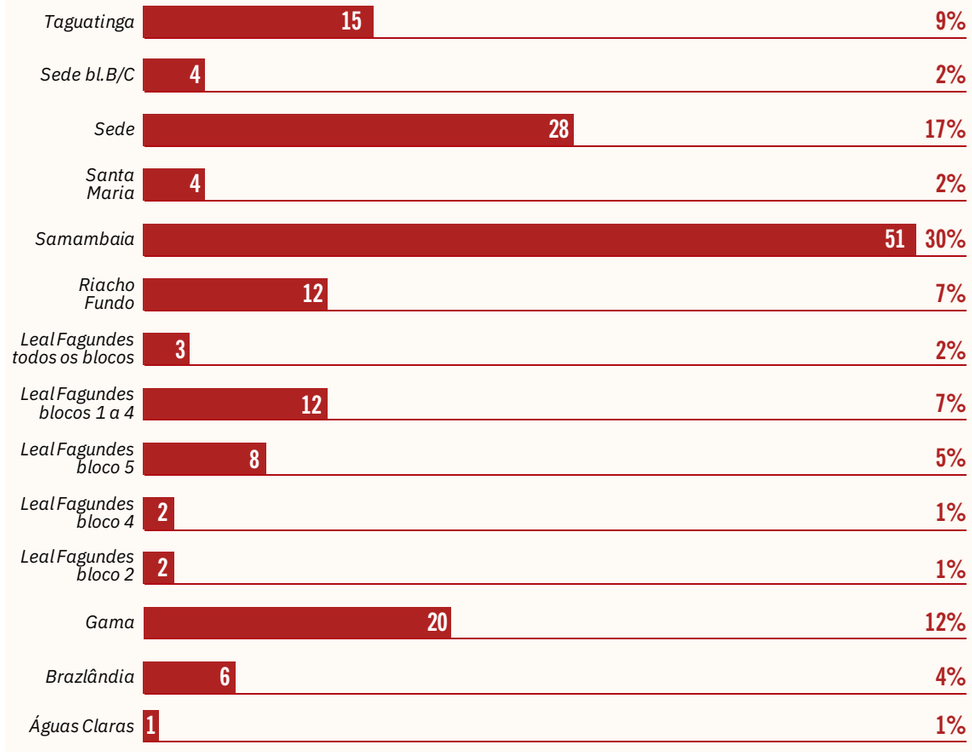
STATUS DA REGULARIZAÇÃO POR SISTEMA



STATUS DA REGULARIZAÇÃO POR FÓRUM

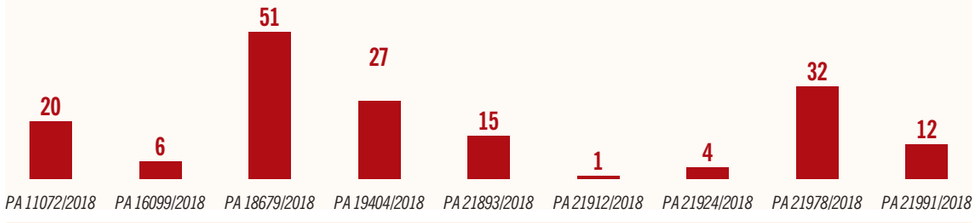


PROPORÇÃO DE ITENS POR FÓRUM



PROPORÇÃO DE ITENS COM AÇÃO DEFINIDA

PROPORÇÃO DE ITENS RELACIONADOS AO PA1



Produto › Mapa com os itens para regularização

AÇÃO » FIRMAR CONVÊNIO COM O CBMDF PARA FORMAÇÃO DE BRIGADISTAS VOLUNTÁRIOS

Devido às regras de dimensionamento de brigada, a Brigada de Incêndio foi dividida em Particular e Voluntária. A Brigada Particularjá foi efetivada. Encontra-se em fase de análise o Convênio com o CBMDF para formação de brigadistas voluntários.

Minuta do convênio encaminhada ao CBMDF

ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA **_____/_____** *QUE ENTRE SI CELEBRAM A* **UNIÃO**, *POR INTERMÉDIO DO* **TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITÓRIOS** *E O DISTRITO FEDERAL, POR MEIO DO CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO DISTRITO FEDERAL - CBMDF*.

Ao (s) _____dia (s) do mês de _____ de 20_____(dois mil e _____) no Gabinete da Presidência do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios, a **UNIÃO**, por intermédio do **TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITÓRIOS**, inscrito no **CNPJ/MF** sob o nº 00.531.954/0001-20, sediado na Praça Municipal, Lote 01, Palácio da Justiça, Eixo Monumental, em Brasília/DF, neste ato representado por seu Presidente, Desembargador **ROMÃO C. OLIVEIRA**, no uso da atribuição que lhe confere o art. 10 da Lei nº 11.697, de 13/06/2008, doravante designado simplesmente **TJDFT** e, **de outro lado**, o **DISTRITO FEDERAL**, por intermédio do CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO DISTRITO FEDERAL, inscrito no **CNPJ 08.977.914/0001 - 19, sediado no Setor de Administração Municipal - SAM, lote D, Módulo E, Quartel do Comando Geral do CBMDF, Brasília - DF, doravante denominado simplesmente CBMDF, neste ato representado por seu Comandante-Geral, Coronel Bombeiro Militar CARLOS EMILSON FERREIRA DOS SANTOS,** resolvem celebrar o presente Acordo em conformidade com a Lei 8.666/93 e o disposto no **PA (SEI)_____do TJDFT,** mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA

DO OBJETO

O presente Acordo tem por objeto estabelecer as diretrizes e os compromissos da cooperação técnica entre as partes, para intercâmbio de experiências, informações e tecnologias atinentes às disciplinas de técnicas operacionais de atendimento pré-hospitalar e de combate a incêndio urbano, visando à capacitação, ao aperfeiçoamento e à especialização funcional de recursos humanos e ao desenvolvimento institucional e da gestão pública, mediante ações conjuntas ou do apoio mútuo e de atividades complementares de interesse comum.

CLÁUSULA SEGUNDA

DO FUNDAMENTO LEGAL

O Acordo ora firmado fundamenta-se no artigo 116 da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA TERCEIRA

DAS FORMAS DE COOPERAÇÃO

A cooperação consistirá em:

I – promoção de atividades conjuntas de educação corporativa na modalidade presencial, por meio de cessão, elaboração ou adaptação de cursos nas disciplinas de técnicas operacionais de atendimento pré-hospitalar e de combate a incêndio urbano, bem como da realização de ações de apoio a sua execução;

II – extensão recíproca aos servidores de cada partícipe da possibilidade de participação em cursos de capacitação e de desenvolvimento profissional, promovidos por suas unidades competentes, além de seminários, simpósios, encontros e outros eventos da mesma natureza, observados os critérios de seleção e a disponibilidade de vagas;

III – liberação de seus técnicos ou servidores para ministrarem cursos, palestras e aulas ou para participarem de atividades que sejam de interesse comum, em técnicas operacionais de atendimento pré-hospitalar e de combate a incêndio urbano;

IV – trocas e cessão de insumos destinados às atividades de ensino, pesquisa e extensão, respeitado o direito à consignação expressa de autoria;

V – estabelecimento de meios de intercâmbio de conhecimentos, informações e pesquisas, visando complementar as ações desenvolvidas e a troca de experiências;

VI – promoção de eventos conjuntos sobre temas de interesse comum, sobretudo, nas áreas de técnicas operacionais de atendimento pré-hospitalar e de combate a incêndio urbano, situação na qual cada instituição arcará com as despesas decorrentes da execução das atividades sob sua responsabilidade.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – As atividades a que se refere esta cláusula serão executadas na forma a ser definida, em cada caso, por ambos os partícipes, mediante aditamentos ou troca de correspondências.

CLÁUSULA QUARTA

DAS ATRIBUIÇÕES DOS PARTÍCIPES

Constituem atribuições de ambos os partícipes:

I – receber, em suas dependências, o(s) servidor(es) indicado(s) pelo outro partícipe para desenvolver atividades inerentes ao objeto do presente Acordo;

II – fornecer as informações e as orientações necessárias ao melhor desenvolvimento e ao fiel cumprimento deste Acordo;

III – disponibilizar, ao outro partícipe, material de interesse relativo às ações educacionais presenciais, a partir da apresentação prévia de proposta e da definição quanto às formas de utilização, discutidas entre os responsáveis pelas respectivas áreas, devendo ser especificadas eventuais sugestões de adaptações de forma e conteúdo consideradas necessárias;

IV – disponibilizar os insumos necessários às práticas simuladas decorrentes dos cursos de atendimento pré-hospitalar e de combate a incêndio urbano, na hipótese de capacitação de seus próprios servidores;

V – observar o direito autoral envolvendo cursos, programas ou qualquer material de divulgação institucional utilizado nas ações previstas neste Acordo, devendo ser informados o crédito da autoria e o respectivo instrumento de cooperação que deu amparo à utilização do material pelo partícipe;

VI – firmar protocolo de execução entre os partícipes para a consecução de ações educacionais específicas;

VII – levar, imediatamente, ao conhecimento do outro partícipe, ato ou ocorrência que interfira no andamento das atividades decorrentes deste Acordo para a adoção das medidas cabíveis;

VIII – acompanhar e fiscalizar as ações relativas ao objeto do presente Acordo, por intermédio do(s) representante(s) indicado(s), conforme disposto na Cláusula Quinta;

IX – notificar, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas na execução das atividades decorrentes do presente Acordo.

CLÁUSULA QUINTA

DA EXECUÇÃO E DA FISCALIZAÇÃO

Os partícipes designarão gestores para acompanhar, gerenciar e administrar a execução do presente Acordo de Cooperação Técnica.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – O presente instrumento será executado e fiscalizado, no âmbito do TJDFT, pela Secretaria da Escola de Formação Judiciária - SEEF, apoiada pela Assessoria de Segurança Institucional - ASI, e, no âmbito do CBMDF, pelo Departamento de Ensino, Pesquisa, Ciência e Tecnologia - DEPCT, os quais terão poderes para a prática de quaisquer atos necessários à sua fiel execução, dando ciência à autoridade administrativa competente das providências adotadas.

PARÁGRAFO SEGUNDO – As ações que venham a se desenvolver em decorrência deste Acordo, que requeiram formalização jurídica para sua implementação, terão suas condições específicas, descrições de tarefas, prazos de execução, responsabilidades financeiras e demais requisitos definidos em convênios, contratos ou outro instrumento legal pertinente acordado entre os partícipes.

CLÁUSULA SEXTA

DOS RECURSOS FINANCEIROS E MATERIAIS

O presente acordo é celebrado a título gratuito, não implicando na transferência de recursos humanos ou financeiros entre os partícipes e não gerando direito a indenizações, exceto no caso de extravio ou dano a equipamentos, instalações e outros materiais emprestados por um partícipe ao outro.

PARÁGRAFO ÚNICO – As ações resultantes deste ajuste que possam implicar em transferência ou cessão de recursos serão viabilizadas mediante instrumento apropriado.

CLÁUSULA SÉTIMA

DA DENÚNCIA

É facultada às partes promover a denúncia do presente Acordo, a qualquer tempo, por mútuo consentimento ou unilateralmente, mediante notificação a outra parte por escrito, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias.

PARÁGRAFO ÚNICO – A eventual denúncia do presente Acordo não prejudicará a execução dos serviços que tenham sido instituídos mediante instrumento próprio, devendo as atividades já iniciadas serem desenvolvidas normalmente até o final, nos termos estabelecidos no presente instrumento.

CLÁUSULA OITAVA

DA VIGÊNCIA

Este Acordo vigorará por 24 (vinte e quatro) meses, contados a partir da data de sua publicação, podendo ser prorrogado por interesse dos partícipes, observada a legislação vigente.

CLÁUSULA NONA

DAS ALTERAÇÕES

O presente Instrumento poderá ser alterado, por mútuo entendimento entre os partícipes, visando aperfeiçoar a execução dos trabalhos, exceto no tocante ao seu objeto.

PARÁGRAFO ÚNICO – As alterações deverão ocorrer durante a vigência deste Acordo, mediante termo aditivo, a ser formulado em um prazo mínimo de 30 (trinta) dias.

CLÁUSULA DÉCIMA

DA PUBLICAÇÃO

Incumbirá ao TJDFT providenciar, a sua custa, a publicação do extrato deste Instrumento no Diário Oficial da União, conforme a legislação vigente.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E DOS CASOS OMISSOS

Os partícipes responderão pelo conteúdo técnico dos trabalhos executados por força do presente Acordo e assumirão total responsabilidade por sua qualidade.

PARÁGRAFO ÚNICO – Os casos omissos serão resolvidos de comum acordo pelos partícipes, ouvidos os gestores de que trata a Cláusula Quinta, responsáveis pela execução e fiscalização do presente Instrument**o.**

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA

DO FORO

Para dirimir questões oriundas ao presente Acordo de Cooperação Técnica, não resolvidas administrativamente, será competente o foro da Seção Judiciária do Distrito Federal, conforme art. 109, inciso I, da CRFB c/c art. 55, § 2º da Lei 8.666/93.

E por estarem assim justos e acordados, lavrou-se o presente Instrumento em 2 (duas) vias de igual teor e forma, uma das quais se destina ao CBMDF, o qual, depois de lido e achado conforme, é assinado pelas partes.

Brasília/DF, _____ de_____de 20

Pelo TJDFT

Desembargador ROMÃO C. OLIVEIRA
***Presidente do* TJDFT**

Pelo CBMDF

Coronel Bombeiro Militar CARLOS EMILSON FERREIRA DOS SANTOS
***Comandante Geral do* CBMDF**

Produto » Proposta de treinamento e formação de brigadistas voluntários.

AÇÃO » DIGITALIZAR PROCESSOS FÍSICOS REFERENTES ÀS REGULARIZAÇÕES DE PRÉDIOS EXISTENTES

Os processos físicos relativos à regularização das edificações foram digitalizados e passaram a tramitar no Sistema Eletrônico de Informações – SEI.

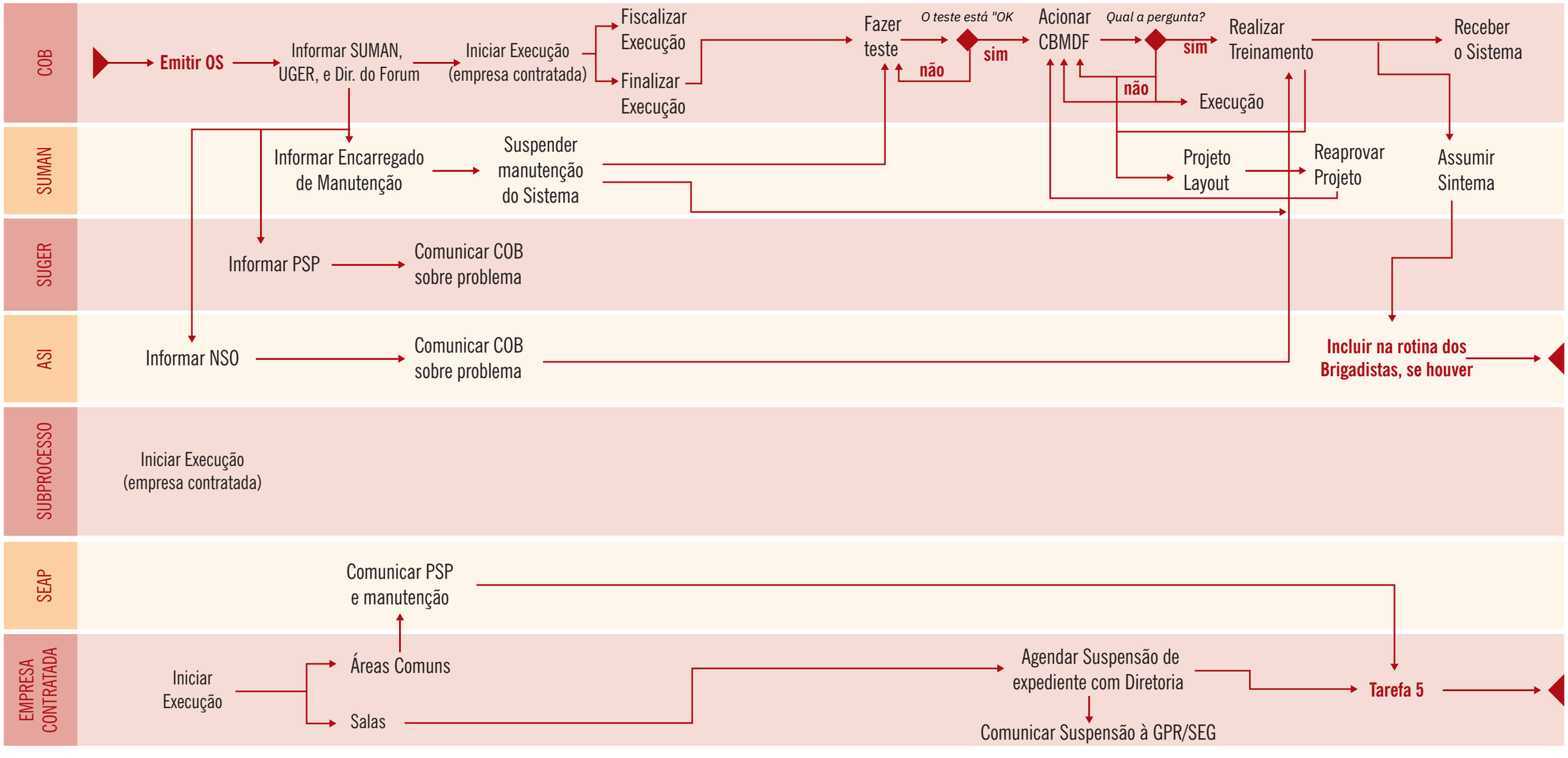
Produto » Processos no SEI

N.	PROCESSOS DIGITALIZADOS PARA O SEI	ASSUNTO
1	7.340/2013	Regularização Fórum Samambaia
2	19.547/2016	Auto de infração Fórum Samambaia
3	7.342/2013	Regularização da Garagem G1
4	7.332/2013	Regularização da Garagem G2
5	7.336/2013	Regularização Fórum Sobradinho
6	18.861/2011	Habite-se Fórum Leal Fagundes
7	7.335/2013	Regularização Fórum Leal Fagundes
8	6.900/2013	Regularização Fórum Taguatinga
9	6.908/2013	Regularização Fórum Núcleo Bandeirante
10	6.906/2013	Regularização Fórum Santa Maria
11	6.902/2013	Regularização Sede (blocos A, B, C e D)

AÇÃO » MAPEAR FLUXOS DE TRABALHO

Descrição breve - 3 linhas

Produto » Um macro processo definido



AÇÃO » REALIZAR REUNIÕES DE ALINHAMENTO E SENSIBILIZAÇÃO NOS PSPS E NSOS

Foram realizadas duas reuniões, sendo uma com os Postos de Serviço Predial e outra com os Núcleos de Segurança Orgânica. Nessas oportunidades, foram alinhados procedimentos, esclarecidos pontos específicos dos procedimentos referentes aos sistemas de contra incêndio e definidos alguns processos de trabalho.

Para facilitar a memorização das orientações, foram criados *folders* a serem afixados em local visível nos PSPs e nos NSOs.

Produto » Documentos de transparência e padronização de procedimentos

AÇÃO » ELABORAR CRONOGRAMA ESTIMATIVO PARA CONTRATAÇÃO E EXECUÇÃO DAS OBRAS DE REGULARIZAÇÃO PARA ATENDER OS PROJETOS APROVADOS PELO CBMDF

A regularização dos sistemas de contra incêndio é paulatina e constante. Alguns procedimentos requerem contratação de empresas ou de mão de obra terceirizada. Por essa razão, foi elaborado cronograma que torna transparente o procedimento de contratação e sua finalidade no que se refere aos sistemas de contra incêndio.

Produto » Cronograma de contratação

ITENS	QUANDO	
ADEQUAÇÃO SISTEMA DE HIDRANTES FÓRUNS	**3/12/18**	**30/5/19**
Estudo Técnico Preliminar	2/1/19	31/1/19
Formulário Projeto Básico	3/12/18	30/5/19
Fórum do Gama	3/12/18	20/12/18
Fórum de Santa Maria	3/12/18	20/12/18
Fórum de Samambaia	20/12/18	2/1/19
Fórum de Brazlândia	2/1/19	14/1/19
Fórum do Núcleo Bandeirante	15/1/19	25/1/19
Fórum do Paranoá	20/5/19	30/5/19
Fórum de São Sebastião	7/2/19	20/2/19
Fórum Leal Fagundes	20/2/19	4/3/19
Fórum Ceilândia	5/3/19	15/3/19
Gráfica Guará	15/3/19	28/3/19
Galpões SAAN	20/5/19	30/5/19
Garagem	10/4/19	22/4/19
Orçamento	**9/2/19**	**30/5/19**

ITENS	QUANDO	
AQUISIÇÃO DE LUMINÁRIAS DE EMERGÊNCIA	**2/1/19**	**26/2/19**
Estudo Técnico Preliminar	2/1/19	21/1/19
Termo de Referência	21/1/19	26/2/19
Orçamento	**21/1/19**	**26/2/19**

ADEQUAÇÃO SPDA FÓRUNS	**30/5/19**	**30/8/19**
Estudo Técnico Preliminar	30/5/19	18/6/19
Formulário Projeto Básico	18/6/19	30/8/19
Fórum do Gama	18/6/19	25/6/19
Fórum de Santa Maria	25/6/19	1/7/19
Fórum de Samambaia	1/7/19	5/7/19
Fórum de Brazlândia	8/7/19	12/7/19
Fórum do Núcleo Bandeirante	12/7/19	18/7/19
Fórum do Paranoá	18/7/19	25/7/19
Fórum de São Sebastião	25/7/19	31/7/19
Fórum Leal Fagundes	31/7/19	6/8/19
Fórum Ceilândia	6/8/19	13/8/19
Gráfica Guará	13/8/19	19/8/19
Galpões SAAN	19/8/19	23/8/19
Garagem	26/8/19	30/8/19
Orçamento	**18/6/19**	**30/8/19**

ADEQUAÇÃO SISTEMA DE DETECÇÃO E ALARME DOS FÓRUNS	**5/3/19**	**12/7/19**
Estudo Técnico Preliminar	5/3/19	18/3/19
Formulário Projeto Básico	5/3/19	12/7/19
Fórum do Gama	5/3/19	12/3/19
Fórum de Santa Maria	12/3/19	19/3/19
Fórum de Samambaia	19/3/19	27/3/19
Fórum de Brazlândia	27/3/19	3/4/19
Fórum do Núcleo Bandeirante	3/6/19	10/6/19
Fórum do Paranoá	10/6/19	17/6/19
Fórum de São Sebastião	17/6/19	24/6/19

ITENS	QUANDO	
Fórum Leal Fagundes	24/6/19	1/7/19
Fórum Ceilândia	2/5/19	9/5/19
Gráfica Guará	3/6/19	10/6/19
Galpões SAAN	10/6/19	17/6/19
Garagem	17/6/19	24/6/19
Orçamento	**19/3/19**	**12/7/19**

ADEQUAÇÃO ARQUITETURA FÓRUNS	4/12/18	11/7/19
Estudo Técnico Preliminar	5/4/19	30/4/19
Formulário Projeto Básico	4/12/18	11/7/19
Fórum do Gama	4/12/18	9/1/19
Fórum de Santa Maria	11/12/18	16/1/19
Fórum de Samambaia	16/1/19	21/2/19
Fórum de Brazlândia	18/12/18	23/1/19
Fórum do Núcleo Bandeirante	23/1/19	18/2/19
Fórum do Paranoá	9/1/19	4/2/19
Fórum de São Sebastião	21/2/19	19/3/19
Fórum Leal Fagundes	19/3/19	11/4/19
Fórum Ceilândia	18/2/19	13/3/19
Gráfica Guará	4/2/19	27/2/19
Galpões SAAN	27/2/19	25/3/19
Garagem	25/3/19	17/4/19
Orçamento	**9/1/19**	**11/7/19**

ADEQUAÇÕES PCI SEDE E MIRABETE	9/1/19	4/6/19
Estudo Técnico e Preliminar	5/3/19	28/3/19
Formulário Projeto Básico	9/1/19	4/6/19
Orçamento Sede	**9/1/19**	**4/6/19**
Orçamento Mirabete	**22/3/19**	**4/6/19**

ITENS	QUANDO	
CONTRATAÇÃO ENGENHEIROS DE SEGURANÇA	1/4/19	3/6/19
Estudo Técnico e Preliminar	1/4/19	24/4/19
Formulário Projeto Básico	26/4/19	3/6/19
Termo de Referência	26/4/19	3/6/19
Orçamento	**26/4/19**	**3/6/19**

GRUPO DE TRABALHO	1/11/18	17/5/19
Elaborar Plano de Trabalho para sanar as irregularidades identificadas pelo CBMDF nos prédios notificados e multados	1/11/18	28/11/18
Realizar levantamento das irregularidades apontadas nos processo do CBMDF nas sete edificações multadas	1/11/18	28/11/18
Verificar as atividades que podem ser atendidas com contratos existentes	1/11/18	28/11/18
Validar com as áreas (COB, SEAP e ASI)	1/11/18	28/11/18
Homologar em reunião do grupo interinstitucional	1/11/18	28/11/18
Firmar convênio com o CBMDF para formação de brigadistas voluntários	9/1/19	17/5/19
Consultar o CBMDF	9/1/19	21/1/19
Firmar termo de convênio	7/5/19	17/5/19
Digitalizar processos físicos referentes às regularizações de prédios existentes	2/11/18	18/12/18
Elaborar cronograma de digitalização	2/11/18	18/12/18
Encaminhar demanda para a CODIG	2/11/18	18/12/18
Viabilizar a remessa dos processos à CODIG, paulatinamente	2/11/18	18/12/18
Mapear fluxos de trabalho	1/11/18	21/1/19
Levantar as macro atividades das unidades (COB, SEAP e ASI) relacionadas ao contra incêndio	1/11/18	18/12/18
Definir metodologia de mapeamento	3/12/18	18/12/18
Acionar a SEPG para consultoria	1/11/18	16/11/18
Realizar oficinas de mapeamento	9/1/19	21/1/19
Desenhar os processos no bizagi	9/1/19	21/1/19
Validar com as áreas (COB, SEAP e ASI)	9/1/19	21/1/19
Incluir melhorias no processo	9/1/19	21/1/19
Elaborar Portfolio	1/11/18	1/2/19
Fazer pesquisa e análise documental	1/11/18	28/11/18

ITENS	QUANDO	
Levantar os normativos vigentes	1/11/18	28/11/18
Elaborar portaria para regulamentar a matéria	9/1/19	1/2/19
Compilar todos os resultados em um único documento	9/1/19	21/1/19
Realizar reuniões de alinhamento e sensibilização nos PSPs e NSOs	3/12/18	21/1/19
Levantar os dados dos responsáveis pelos PSPs	3/12/18	18/12/18
Levantar os dados dos responsáveis pelos NSOs	28/12/18	9/1/19
Realizar reunião com PSPs	3/12/18	18/12/18
Realizar reunião com NSOs	9/1/19	21/1/19
Elaborar folder com orientações para entregar aos responsáveis dos PSPs e dos NSOs	9/1/19	21/1/19
Elaborar cronograma estimativo para contratação e execução das obras de regularização para atender os projetos aprovados pelo CBMDF	9/1/19	21/1/19
Fazer levantamento com as unidades envolvidas	9/1/19	21/1/19
Montar o Cronograma Project	9/1/19	21/1/19
Desenvolver campanha de comunicação	9/1/19	21/1/19
Realizar brainstorming sobre o tema	9/1/19	21/1/19
Reunir com a ACS	9/1/19	21/1/19
Criar identidade visual em conjunto com a ACS	9/1/19	21/1/19
Elaborar as regras conforme o que combinarmos	9/1/19	21/1/19
Publicar as regras	9/1/19	21/1/19
Elaborar estudo para contratação de engenheiro de segurança	1/11/18	21/1/19
Convidar palestrante da Câmara	1/11/18	16/11/18
Realizar pesquisa em outros órgãos	1/11/18	16/11/18
Elaborar modelo de "contratação" para o TJDFT	9/1/19	21/1/19

AÇÃO » DESENVOLVER CAMPANHA DE COMUNICAÇÃO

Constatou-se que existe uma necessidade latente de se realizar campanha de conscientização, de caráter periódico e educativo, visando instituir na Casa uma cultura de prevenção e cuidado relativos ao tema. Foi criada identidade visual e outras peças publicitárias.

Produto » Peças de publicidade

AÇÃO » ELABORAR ESTUDO PARA CONTRATAÇÃO DE ENGENHEIRO DE SEGURANÇA

Considerando a complexidade das instalações físicas e o grande fluxo de usuários internos e externos do Tribunal, tornou-se imprescindível o reforço do quadro técnico da área de engenharia para melhor monitorar e mitigar os riscos aos magistrados, servidores, estagiários e terceirizados do TJDFT. Com vistas à defesa da integridade da pessoa humana foi apresentado estudo para contratação de Engenheiro de Segurança do Trabalho.

ETP - Estudo Técnico Preliminar
Contratação de Serviços

De acordo com o inc. IX do art. 6º da Lei 8.666/1993, **a elaboração dos estudos técnicos preliminares é obrigatória.**

O Estudo Técnico Preliminar da Contratação constitui-se na primeira etapa do planejamento de uma contratação e serve para assegurar a viabilidade técnica da contratação bem como embasar a construção do termo de referência.

1. Necessidade da Contratação: (É a descrição da necessidade do negócio que justifica a proposição da contratação).
A contratação de Engenheiros de Segurança para auxiliar a COB e SUMAN nos serviços relativos as adequações e manutenção dos sistemas de prevenção e combate a incêndio das edificações do TJDFT é necessária para atender os requisitos de segurança do CBMDF além de ser uma demanda prioritária da atual Administração do TJDFT.

1.1. Motivação, Fundamentação e Justificativa: (É a justificativa para a contratação de uma solução, decorrente da necessidade de atender a uma demanda do negócio).
Atualmente o corpo técnico do TJDFT não possui em seu quadro profissional de Engenharia de Segurança, que é especialista na questão de prevenção e combate a incêndio. Soma-se a isso o fato da atual demanda de serviços atribuída a todo o corpo técnico e que irá aumentar com as contratações das obras de adequações dos sistemas de prevenção e combate a incêndio nas edificações do TJDFT. Com esse quadro justifica-se a contratação de mão de obra especializada no tema para auxiliar a COB e SUMAN nos serviços de adequação de projetos, orçamentos, fiscalização de obras e manutenção de sistemas.

1.2. Natureza dos serviços: (Definir e justificar se o serviço possui natureza continuada ou não; avaliar a duração inicial do contrato, justificando, no caso de ser continuado, a excepcionalidade de ser superior a 12 meses; identificar a necessidade da contratada promover a transição contratual com transferência de conhecimento, tecnologia e técnicas empregadas).
O serviço tem natureza continuada e será contratada empresa para fornecimento de mão de obra especializada para as adequações dos sistemas de prevenção e combate a incêndio das localidades citadas. Durante a contratação haverá transferência de conhecimento.

1.3. Normativos que disciplinam os serviços a serem contratados, de acordo com a sua natureza:

NR 4 - Norma regulamentadora 4 - Serviços especializados em engenharia de segurança e em medicina do trabalho

1.4. Análise da situação atual (Análise de Cenário):
Atualmente as equipes técnicas da COB e SUMAN vem atuando na medida do possível para efetivar as adequações nos sistemas de prevenção e combate a incêndio, no entanto esse esforço não vem se demonstrando eficiente por não haver mão de obra suficiente para atuar nas várias frentes necessárias. A COB está responsável por instruir os processos de contratação das adequações que irão demandar obras, depois será responsável pela fiscalização das obras, a SUMAN está responsável pela manutenção dos sistemas em operação e adequações de luminárias de emergência, a ASI está responsável pela sinalização, extintores e contratação de equipe de brigada de incêndio.

1.5. Análise das contratações anteriores, caso houver: (Permite a identificação de inconsistências ocorridas nas contratações anteriores com a finalidade de prevenir a ocorrência nas ulteriores).

Não há contratações anteriores.

1.6. Alinhamento aos planos do TJDFT(É a indicação exata do alinhamento da contratação com elementos dos planos do órgão (e.g. planos estratégicos e diretores), com as metas do Plano Plurianual (PPA), etc.

A ação não está prevista no Plano de Obras e no Plano de Contratações de 2019.

1.7 Relação entre a demanda prevista e a quantidade de cada item (É a justificativa das quantidades dos itens da solução a contratar. Tal justificativa relaciona-se ao quantitativo ideal a ser demandado pelo TJDFT em determinado período (geralmente 1 ano) de forma que fique demonstrada a real necessidade da quantidade solicitada para o período e se evite desperdícios, pois geram riscos financeiros e impactam negativamente o TJDFT).
Vide Portaria GPR 1.944/2016. Quais medidas precisam ser consideradas e demonstradas.

O quantitativo de mão de obra foi fundamentado na necessidade de cada setor, sendo que a COB necessita de dois profissionais por um período de um ano prorrogável e a SUMAN de um profissional por um ano prorrogável.

1.8 Requisitos de Qualidade e Segurança
Certificado de conclusão de curso de especialização em Engenharia de Segurança do Trabalho, em nível de pós-graduação.

1.9. Critérios de Sustentabilidade (Relacionados como especificação técnica do objeto ou como obrigação da contratada. Vide Portaria Conjunta 64/2017 – Política de Sustentabilidade).

Sustentabilidade Social
Por se tratar de contratação de mão de obra não há critérios de sustentabilidade Social.

Sustentabilidade Econômica
Por se tratar de contratação de mão de obra não há critérios de sustentabilidade Econômica.

Sustentabilidade Ecológica
Por se tratar de contratação de mão de obra não há critérios de sustentabilidade Ecológica.

2. Levantamento de Mercado (Com base nos requisitos definidos anteriormente, deve ser feito levantamento para identificar quais soluções existentes no mercado atendem aos requisitos estabelecidos, de modo a alcançar os resultados pretendidos e atender à necessidade da contratação, com os respectivos preços estimados, levando-se em conta aspectos de economicidade, eficácia, eficiência e padronização).

Solução 01
Contratação de mão de obra terceirizada.

Solução 02
Convocação de servidor para preenchimento do cargo técnico através de concurso ou aproveitamento de lista de outro concurso em aberto.

2.1. Estimativas preliminares dos preços (São os valores preliminares dos preços dos itens baseados no levantamento de mercado, com o intuito de apoiar a análise de viabilidade da contratação, em especial em relação de custo-benefício da contratação):

Valor Solução 01: R$ 1.009.299,84 (SINAPI JAN/2019)
Valor Solução 02: R$ 1.282.187,60 (ANALISTA B7 TJDFT)

2.2. Análise Técnica das Diferentes Soluções de Mercado Encontradas que Atendam aos Requisitos e Descrição da Demanda Prevista (analisar e identificar todas as partes da solução necessárias ao atendimento da demanda que motivou a contratação, para somente depois decidir pelo parcelamento ou não para fins de contratação):

Solução 01 - A contratação de mão de obra terceirizada será através de processo licitatório e atenderá de imediato a demanda represida dos setores requisitantes. Inicialmente a demanda será significativa, pois nos próximos três ou quatro anos haverá serviços em execução, dessa forma não se vislumbra o parcelamento para fins de contratação

Solução 02 - Por se tratar de convocação de servidor através de concurso público não cabe análise com relação ao mercado. A demanda prevista está relacionada as adequações de sistemas de prevenção e combate a incêndio das edificações do TJDFT. Em um primeiro momento a demanda será significativa, pois nos próximos três ou quatro anos haverá serviços em execução. Em um segundo momento os serviços relacionados serão focados na manutenção dos sistemas e na prevenção de sinistros com a conscientização dos usuários e responsáveis locais pela segurança e manutenção dos sistemas.

2.3. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução:

1. É tecnicamente viável dividir a solução?	Não. Como o objetivo é a contratação de mão de obra o grau de complexidade é muito baixo o que justifica a não divisão da contratação.
2. É economicamente viável dividir a solução?	Não, pois haveria um custo adicional para a administração na gestão de dois ou mais contratos de um objeto de baixo grau de complexidade.
3. Não há perda de escala ao dividir a solução?	Sim, pois os salários pagos aos profissionais são tabelados e possuem um piso mínimo a ser cumprido.
4. Há o melhor aproveitamento do mercado e a ampliação da competitividade ao dividir a solução?	Sim, mas elevaria o custo conforme explicado no item 2. No entanto ao se optar pela solução 03 esse custo maior poderia ser diluído em função dos contratos já estarem formalizados.

3. Resultados pretendidos: (resultados pretendidos são os benefícios diretos que o órgão almeja com a contratação da solução em termos de economicidade, eficácia, eficiência, de melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais e financeiros disponíveis, inclusive com respeito a impactos ambientais positivos (e.g. diminuição do consumo de papel ou de energia elétrica), bem como, se for o caso, de melhoria da qualidade de produtos ou serviços, de forma a atender à necessidade da contratação).
Com a contratação dos Engenheiros de Segurança será possível atender a atual demanda de adequações e manutenção dos sistemas de prevenção e combate a incêndio de forma mais eficiente, pois atualmente as equipes da COB e SUMAN estão sobrecarregadas com as demandas normais de cada setor e a demanda atual que é uma prioridade da Administração.

4. Descrição da solução como um todo: (Descrever todos os elementos que devem ser produzidos/contratados/executados para que a contratação produza os resultados pretendidos pela Administração)
Contratação de Engenheiros de Segurança para auxiliar a COB e SUMAN nos serviços relativos as adequações dos sistemas de prevenção e combate a incêndio das edificações do TJDFT.

5. Providências para adequação do ambiente do órgão: (São os ajustes que precisam ser feitos no ambiente do órgão para que a contratação atenda à necessidade de negócio, em função do impacto esperado dos trabalhos da contratada durante a construção, implantação e operação da solução junto ao órgão, bem como da solução após a sua implantação: estoque, ampliação de força de trabalho, alterações de layout, acessibilidade aos Portadores de Necessidades Especiais – vide Resolução 230/2016 do CNJ, etc.)

Com a contratação de Engenheiros será necessário a adequação dos ambientes de trabalho da COB e SUMAN para acomodar os profissionais, será necessário disponibilizar também mobiliário e computadores.

6. Análise da necessidade de materiais específicos sem possibilidade de previsão antes da contratação: (Avaliar a forma de inclusão de mecanismos para dirimir a questão).
Não se aplica por se tratar de contratação de mão de obra.

ANÁLISE DE VIABILIDADE OU NÃO DA CONTRATAÇÃO

7. Análise de Riscos: (Deve-se fazer um estudo detalhado dos riscos relativos à contratação e a gestão do contrato além da descrição das ações que irão reduzir esses riscos. Esse tratamento dos riscos deve ocorrer durante todo o processo de contratação não sendo um impedimento para a continuidade da mesma).

FASE DE ANÁLISE **Planejamento da Aquisição e Seleção do Fornecedor**	
	RISCO 01: *[descrever]*
Probabilidade:	*( ) Muito baixa (X) Baixa ( ) Média ( ) Alta ( ) Muito Alta*
Impacto:	*( ) Insignificante ( ) Pouco Relevante (X) Relevante ( ) Muito Relevante ( ) Catastrófico*
Dano	
1. Atraso na contratação dos Engenheiros de Segurança	
Ação Preventiva	**Responsáveis**
1. Edital devidamente adequado, com planilhas orçamentárias consistentes e cadernos de especificação claros e objetivos, elaborados com base na demanda de cada setor solicitante.	1.COB / SUMAN / CPL
Ação de Contingência	**Responsáveis**
1.Resposta ao pedido de impugnação clara e objetiva, buscando esclarecer em detalhes os motivos para a não impugnação.	1. COB / SUMAN

8. Declaração da viabilidade ou não da contratação (Com base nas informações levantadas ao longo do estudo técnico preliminar, a equipe de planejamento e/ou o gestor do projeto com os responsáveis pela área técnica declaram se a contratação é viável ou não, cujo parecer deverá ser referendado pelos titulares da área e da Unidade Gestora competente).
(A recomendação é a de que a Declaração de Viabilidade ou Não da Contratação seja de forma objetiva, em contraposição às práticas que estavam ocorrendo com os órgãos públicos anteriormente, que somente realizavam a análise de viabilidade, mas não eram assertivos em esclarecer se a solução possuía ou não a característica de ser viável para a contratação. Veja exemplo abaixo:

1. A necessidade da contratação é clara e adequadamente justificada.
2. As quantidades de itens a contratar estão coerentes com as demandas dos setores requisitantes.
3. A análise de mercado foi adequadamente realizada e demonstrou haver capacidade do mercado em atender à necessidade do negócio. Tal questão é sustentada pelo fato de que existem diversas empresas no mercado nacional capazes de prestar os serviços demandados, porém sendo respeitadas as especificidades do TJDFT.
4. O serviço a contratar está devidamente descrito, incluindo todos os elementos necessários para alcançar os resultados pretendidos e atende à necessidade da contratação.
5. Há justificativa para o não parcelamento do serviço.
6. Os resultados pretendidos com a contratação foram devidamente expostos, em termos de economicidade, eficácia, eficiência, de melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais e financeiros disponíveis, bem como a melhoria da qualidade da prestação dos serviços, de forma a atender a necessidade da contratação.
7. Os impactos esperados com a implantação e operação do serviço foram identificados e as providências para adequar o ambiente do órgão foram planejadas e são viáveis.
8. Os riscos relevantes foram adequadamente levantados, e as propostas para sua mitigação foram realizadas.
9. A relação custo-benefício da contratação é considerada favorável.
10. Foi elaborado orçamento através de tabelas oficiais, a fim de que a administração superior do TJDFT possa disponibilizar o orçamento adequado para a contratação do objeto escopo deste projeto no exercício corrente, bem como poder se programar adequadamente para que sejam providos os recursos necessários ao longo dos diversos exercícios caso a contratação seja estendida.

Com base nas informações levantadas ao longo do estudo técnico preliminar, e no seu detalhamento, **a equipe de planejamento (ou o gestor do projeto) e os responsáveis pela unidade administrativa deste projeto declaram que a contratação é viável de prosseguir e ser concretizada, pois:**

9. Servidores que participarão da fiscalização do contrato:

Alessandro de Castro Dias - Mat. 316104

Cecília Borges Prudente - Mat. 319.233

Assinam este documento:

Membros da Equipe de Planejamento

Gestores de Contrato / Responsáveis Técnicos

Subsecretário / Coordenadores

Secretário / Assessor

Considerações Finais

A Administração do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios sempre envidará esforços para honrar os compromissos firmados com as instituições, inclusive com o Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal, não apenas por ser obrigação da instituição manter seus sistemas de prevenção e combate a sinistros, mas por acreditar na importância dessas tarefas garantidoras da prevenção à vida e/ou do patrimônio público ou privado.

A responsabilidade da Administração se traduz em compromisso muito maior que o simples ato de gerenciar; é também firmar parcerias com seus colaboradores e jurisdicionados.

Por essa razão, o esforço atual vai muito além da pura e simples sanação de irregularidades; é nosso propósito valorizar a vida e o bem-estar da instituição, travando luta incessante, todos irmanados e com o mesmo objetivo.

O Portfolio ora apresentado reflete o zelo institucional com os princípios que norteiam a atuação da Administração deste Tribunal.